

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO 2016



Cooperfarms
COOPERATIVA DOS PRODUTORES RURAIS DA BAHIA

EXPEDIENTE

COOPERFARMS
COOPERATIVA DE PRODUTORES RURAIS
DA BAHIA

Rua Avenida Luís Eduardo Magalhães, 2391,
Jardim Imperial, CEP 47 850 000, Luís
Eduardo Magalhães-BA
Fone: (77) 3639 3900
www.cooperfarms.com.br

Diretor Presidente
Luiz Antonio Pradella

Diretor Vice-Presidente
Celestino Zanella

Diretor Secretário
Rony Reimann

Diretor 2º Secretário
Kleber Sosnoski

Diretor Tesoureiro
Marcelo Leomar Kappes

Diretor 2º Tesoureiro
Rafael D'Agostini

Conselho Fiscal Efetivos
Francisco Klein
Marcos R. Grieger
Felipe Davi Schwengber

Conselho Fiscal Suplentes
Elton Sartori
Eduardo A. Manjabosco
Maurício M. Westphalen

Jornalista Responsável
Cátia Andreia Dörr
(13.907 DRT/RS)

Prezados cooperados (as),

Cumprindo as determinações legais e estatutárias, o Conselho de Administração da COOPERFARMS – Cooperativa dos Produtores Rurais da Bahia, submete à aprovação da Assembleia Geral Ordinária o Relatório da Administração do Exercício de 2016, sendo parte integrante as Demonstrações Contábeis, Parecer dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Este relatório além das demonstrações contábeis visa analisar o cenário econômico e político que muito interfere na atividade da cooperativa. Em contraponto, também abordaremos os riscos que podem afetar nosso negócio, tanto as questões climáticas vivenciadas no oeste baiano nesta safra e outros aspectos que não são evidenciados nas demonstrações contábeis.

Sabe-se que nos últimos anos, a Cooperfarms tem investido, constantemente, em outras ferramentas que influenciam no resultado da Cooperativa. A partir desta edição, ações de incentivadas pela Cooperativa e que fomentam a qualificação de nossos colaboradores e associados serão inclusas neste relatório que além de ser uma prestação de conta, também incentiva e dá publicidade às nossas ações.

MISSÃO

Buscar a competitividade e a sustentabilidade dentro do agronegócio, utilizando-se de atos cooperativos e atitudes profissionais.

VISÃO

Ser reconhecida pela excelência e competência na prestação de serviços aos cooperados e pelo profissionalismo nos relacionamentos comerciais.

PRINCÍPIOS

Nossa Filosofia

O cooperado é razão de ser

Nossa Cultura

Automotivação, entusiasmo, dinamismo, eficácia fomentam a cultura cooperativista. Acreditamos que somente o trabalho em equipe com a administração participativa, ordem, disciplina, ética, transparência, fidelidade, honestidade, lealdade e justiça alcançaremos o sucesso e a sustentabilidade nos negócios.

Nosso Sonho

O crescimento e o desenvolvimento de nossos cooperados sempre serão o bem maior da Cooperfarms. defenderemos esta ideia, constantemente, pois a qualidade de vida das pessoas e do meio ambiente movem nosso negócio.

ÍNDICE

<i>Apresentação.....</i>	<i>03</i>
<i>Carta aos Cooperados.....</i>	<i>06</i>
<i>Quadro Social.....</i>	<i>07</i>
<i>Conselho Administrativo.....</i>	<i>09</i>
<i>Corpo Administrativo.....</i>	<i>10</i>
<i>Encontros Técnicos.....</i>	<i>11</i>
<i>Capacitações.....</i>	<i>12</i>
<i>Encontros Estaduais.....</i>	<i>13</i>
<i>Encontros Nacionais.....</i>	<i>15</i>
<i>Intercâmbio.....</i>	<i>17</i>
<i>Compromisso Social.....</i>	<i>18</i>
<i>Balanco Patrimonial.....</i>	<i>19</i>
<i>Demonstração do Resultado</i>	<i>20</i>
<i>Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....</i>	<i>21</i>
<i>Demonstração do Fluxo de Caixa.....</i>	<i>22</i>
<i>Notas Explicativas.....</i>	<i>23</i>
<i>Parecer do Conselho Fiscal.....</i>	<i>44</i>

CARTA AOS COOPERADOS

Com a mudança em 2015 da sede da cooperativa, o ano de 2016 ficou marcado pela solidificação no cenário da cooperativa, onde foram disponibilizados diversos encontros técnicos aos cooperados com uma estrutura muito mais aconchegante. O ano também ficou marcado pela readequação dos custos da cooperativa, já na área de armazenagem tivemos um notável crescimento da demanda, consequentemente gerando um aumento na receita e viabilizando o investimento na estrutura.

O ano de 2016 começou em clima de tensão, reflexo da instabilidade política e econômica. Ao longo do ano, a instabilidade continuou e a situação difícil deixou muita gente sem saber no que investir. O ano foi marcado por desemprego, retração econômica e insegurança. Além disso, o fenômeno climático El Niño provocou seca e afetou drasticamente a produção da região oeste da Bahia na safra 2015/2016.

Sem dúvida o ano de 2016 foi um ano político, sendo o principal fator de influência na flutuação da moeda americana durante o ano. O Dólar começou o ano com cotação de R\$ 3,948 e encerrando em R\$ 3,25, representando uma queda de 17,69% no ano.

Apesar de passarmos por diversas dificuldades no quadro econômico, não nos impediu de alcançarmos os melhores resultados, pelo contrário, estar cientes das dificuldades nos estimulou a buscar a superação e alavancar os melhores resultados para os nossos cooperados.

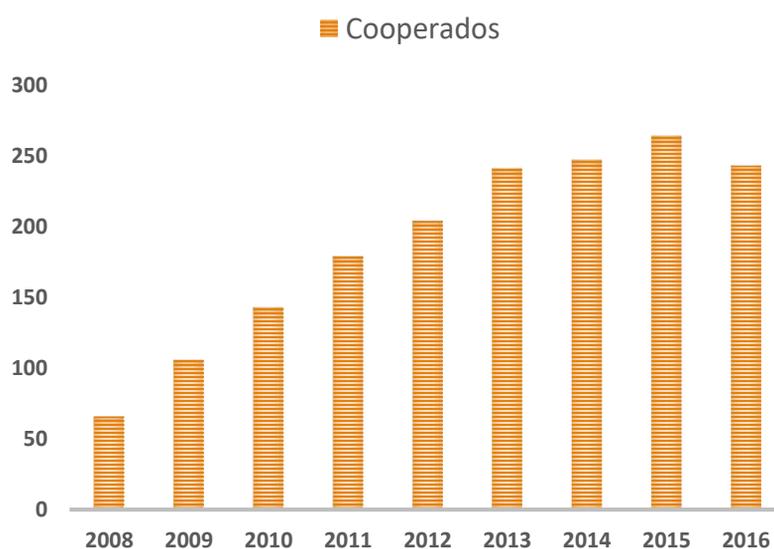
Nossos cooperados, mesmo mediante as dificuldades enfrentadas na safra 2015/2016, se encorajaram, deram seu melhor e semearam uma nova safra que graças a estabilidade climática, atuação do fenômeno La Niña, as perspectivas para o ano de 2017 são recordes, abertura de novos mercados, e recuperação da economia nacionais são fatores que dão novo fôlego ao cenário do agronegócio.

*Acreditamos que somente juntos, podemos promover o ideal cooperativista, agregar mais valor para os nossos Cooperados e ter uma sociedade cada vez mais justa. Por isso, **associado, participe da sua cooperativa!***

COOPERADOS

A Cooperfarms investe constantemente para melhor atender seus associados e oferecer novas oportunidades no campo, através de um suporte técnico na propriedade e no acesso às tecnologias para melhorar o desempenho econômico da atividade agrícola.

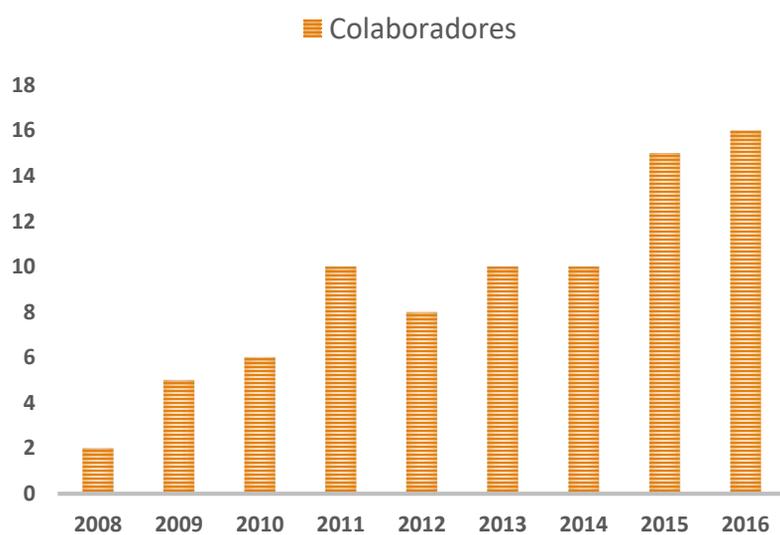
EVOLUÇÃO QUADRO DE COOPERADOS



COLABORADORES

A Cooperfarms investe nas pessoas por acreditar que este é o diferencial para alcançar o sucesso em um mercado cada vez mais competitivo.

EVOLUÇÃO QUADRO DE COLABORADORES



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
MANDATO 2016/2017

Diretor Presidente
Luiz Antonio Pradella

Diretor Vice-Presidente
Celestino Zanella

Diretor Secretário
Rony Reimann

Diretor 2º Secretário
Kleber Sosnoski

Diretor Tesoureiro
Marcelo Leomar Kappes

Diretor 2º Tesoureiro
Rafael D'Agostini

CONSELHO FISCAL MANDATO 2016

EFETIVO
Francisco Klein
Marcos R. Grieger
Felipe Davi Schwengber

SUPLENTE
Elton Sartori
Eduardo A. Manjabosco
Maurício M. Westphalen

CORPO EXECUTIVO

Diretor Executivo: Carlos Roberto Meurer

Diretor Técnico: Celito Eduardo Breda

Diretor Comercial: Odair José de Aguiar

CORPO ADMINISTRATIVO E FUNCIONAL

Gerencia Administrativa: André de Oliveira

Pedidos Defensivos e Logística: Daiane Souza Matias

Assistente Comercial: Letícia Cátilla Santos Barbosa

Auxiliar de Pedidos e Logística: Técio Alcântara de Oliveira

Financeiro e Faturamento: Graziela Cibele B. Kowalski

Analista Contábil: Franciele Paula Magni

Atendimento: Natiele Eliria Arndt Willms

Serviços Gerais: Rosinete Dias de Alcântara

Encarregado Armazém: Jonas Jeovan Miotti

Auxiliar Adm. Armazém: Ana Paula Biasão Cavalcanti

Auxiliar Adm. Armazém: Katia Silva Almeida Santos

Auxiliar de Estoque: Gustavo Pereira Oliveira

Operador de Empilhadeira: Rubem Marques da Silva

Responsável Técnico: Rodrigo Faria de Gouveia

Assistente Técnico: José Carlos Raimundo Junior

Assistente Técnico: Fernando Pianezzola Fumagalli

Assistente Técnico: Vinicius Leonço Pianaro

Assistente Técnico: Clair Kassio Lamberty Cruvinel

CORPO FUNCIONAL TERCEIRIZADO

Financeiro Negócios Agrícolas: Maira Cristina Basso

Assessoria de Imprensa: Cátia Andreia Dörr

Corretor de Commodities: Hilton Lino da Silva

ENCONTROS TÉCNICOS



12º SEMINÁRIO

LUIZ EDUARDO MAGALHÃES - BA

Data: 18/10/16
Horário: 19h

Local: COOPERFARMS
Av. Luiz Eduardo Magalhães, 2391
- Jardim das Acácias
Luiz Eduardo Magalhães - BA

PALESTRANTES:

• **Prof. Dr. Fernando Diel Andreola**
Professor do Departamento de Ciência do Solo da ESAQ/USP. Coordenador do Programa de Pós-graduação em Microbiologia Agrícola da ESAQ/USP. Coordenador de área de Microbiologia do Solo na Sociedade Brasileira de Microbiologia.

• **Kassá Piccoli Ferreira**
Engenheira Agrônoma, graduada em 2008 na Faculdade de Ciências Agronômicas (FCA) de Botucatu/SP. Coordenadora Técnica da Microbiol.



MESA REDONDA

DESAFIOS PARA O CONTROLE DE DOENÇAS DA SOJA

Cooperado, você é nosso convidado especial para esse evento que somará mais conhecimento e números de produtividade.

Esperamos por você!

20/SET (TERÇA)
14H NO HOTEL NOTRE DAME

com o fitopatologista
LUCAS NAVARINI
Professor e pesquisador no Instituto Federal do Rio Grande do Sul

Realização:

Apoio:

Mesa Redonda

CONTROLE DE MOSCA BRANCA

27/OUT
na Cooperforms às 19h

com **Rui Scaramella Furiatti**
Professor Associado e responsável pelo Laboratório de Entomologia Aplicada da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, tendo como linha de pesquisa principal o manejo integrado de pragas.

Realização:

Apoio:

CONVITE

REUNIÃO: ARMAZÉM DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS

(RENOVAÇÃO DE CONTRATOS)
E ANÁLISE DE CUSTOS

06/OUT (QUINTA)
17H NA COOPERFARMS

Cooperado, contamos com a sua presença!



WORKSHOP PDGC

Luís Eduardo Magalhães recebeu no dia 05 de maio, o Workshop de Sensibilização para Adesão ao PDGC (Programa de Desenvolvimento da Gestão das Cooperativas), promovido pelo SESCOOP/BA, em parceria com a OCEB. O Programa PDGC é uma iniciativa do SESCOOP nacional e sua execução ocorre com o apoio e expertise da Fundação Nacional da Qualidade (FNQ), instituição que incentiva as empresas a buscarem a excelência da gestão e reúne as melhores práticas de organizações brasileiras, independentemente do porte ou setor econômico.

ESOCIAL

O oeste baiano foi a primeira região do Estado a ser contemplada com o curso eSocial para as cooperativas. O encontro aconteceu no dia 06 de maio, com o objetivo de alinhar as informações sobre o Sistema de Escrituração Fiscal Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas.



GOVERNANÇA COOPERATIVISTA

No dia 23 de maio, colaboradores e conselho de administração da Cooperfarms, participaram de um curso sobre Governança Cooperativista.

O objetivo do curso foi sensibilizar e apresentar aos conselheiros e diretores, temas relevantes para seu desempenho no exercício do cargo, além de discutir o papel do conselho face à gestão da cooperativa motivando-o ao alcance das boas práticas de governança identificadas pelo Sistema OCB.



FÓRUM BAIANO DE COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS

Entre os dias 15 a 17 de maio, Petrolina/PE sediou a primeira edição do Fórum Baiano das Cooperativas Agropecuárias, reunindo 47 dirigentes de 22 cooperativas de sete estados do Nordeste.

A Cooperfarms esteve representada pelo presidente Luiz Antonio Pradella, o diretor executivo Carlos Meurer e o colaborador Hilton Lino. O evento promovido pelo Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado da Bahia – OCEB, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado da Bahia - SESCOOP/BA teve como tema “Cooperativismo agropecuário, situação e perspectivas econômicas atuais”.



LIDERCOOP

Cerca de 30 lideranças do sistema cooperativistas do Oeste da Bahia participaram no dia 15 de julho do Lidercoop: Encontro Regional de Presidentes, Dirigentes e Líderes do Cooperativismo Baiano, em Luís Eduardo Magalhães. Organizado pelo Sistema OCEB - Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado da Bahia, o evento tem como objetivo propiciar a participação dos líderes na execução das estratégias do cooperativismo baiano e integrar o sistema cooperativista para o desenvolvimento regional e sustentável.

“O Lidercoop é uma das principais ferramentas para o planejamento de estratégias e ações do Sistema OCEB dirigidas para o crescimento e desenvolvimento das cooperativas baianas. A expectativa é de proporcionar uma interação entre os participantes e compartilhar experiência dentro do tema abordado”, afirmou o presidente do Sistema OCEB, Cergio Tecchi.

ENCONTRO DE CONTADORES

Nos 10 e 11 de setembro, aconteceu em Salvador, a quinta edição do Encontro de Contadores.

O objetivo desta ação é alinhar as especificidades da Sociedade Cooperativa com os contadores das cooperativas do Estado da Bahia, bem como contribuir para o processo de desenvolvimento, profissionalização e aumento da competitividade desses empreendimentos frente ao sistema financeiro nacional.



BAHIACOOOP

Cerca de 230 profissionais do cooperativismo se reuniram nos dias 10 e 11 de outubro para o IV Encontro Estadual das Cooperativas Baianas – Bahiacoop, que teve como tema a profissionalização da comunicação e da gestão em prol do desenvolvimento das cooperativas.

O evento foi promovido pelo Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado da Bahia – OCEB, junto com o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado da Bahia - SESCOOP/BA, o patrocínio da Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB, e o apoio da Agência de Fomento do Estado da Bahia – Desenbahia e da Confederação Alemã das Cooperativas – DGRV.

ENCONTROS NACIONAIS



ENCONTRO NACIONAL DAS MULHERES DO AGRO

Um grupo de mulheres ligadas ao quadro de cooperados da participou do Congresso Nacional da Mulheres do Agronegócio promovido nos dias 25 e 26 de outubro, em São Paulo

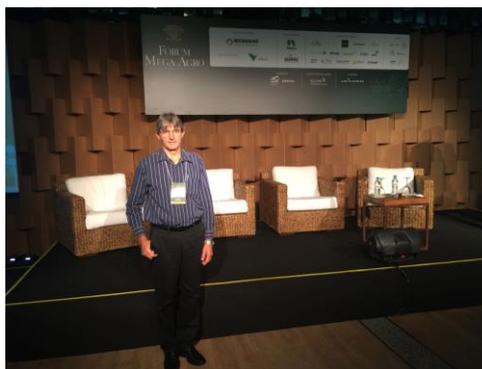
O evento reuniu agricultoras, pecuaristas, produtoras integradas e cooperadas, executivas de corporações, profissionais da indústria, sucessoras e empreendedoras do agronegócio e destacou a relevância feminina para o avanço inovador, rentável, sustentável e ético do setor.

Na pauta, palestras e painéis de debates apresentados por acadêmicos, cientistas e renomados profissionais do agronegócio, com temas como gestão operacional em propriedades agrícolas e pecuárias, sustentabilidade, administração rural, comercialização, sucessão, além de vários aspectos estratégicos como governança, certificações, rastreabilidade, política de crédito, cooperativismo, questões fundiárias e legais e outros.

FÓRUM MEGA AGRO

O presidente da Cooperfarms, Luiz Pradella participou no dia 05 de dezembro, em São Paulo, da terceira edição do Fórum Mega Agro.

Organizado pelo Informa Agro, o Fórum é único evento da agricultura brasileira a reunir os grandes especialistas do setor e os 100 maiores produtores do país em um ambiente diferenciado para debater questões de gestão das fazendas, mercado e tendências do setor.





AGROSEMINÁRIO

Líderes do agronegócio, instituições âncoras da agricultura e do meio-ambiente, entidades setoriais, da pesquisa, da tecnologia e mídia especializada estiveram reunidas no 06 de dezembro, em Brasília, durante o Agroseminário, promovido pelo I-UMA (Instituto de Educação no Agronegócio).

O presidente da Cooperfarms, Luiz Pradella acompanhou a agenda que teve como foco a produtividade e a competitividade do setor agrícola brasileiro, pilar na geração de riquezas para a economia. O encontro tratou do tema “Agrossociedade – A Gestão do Conhecimento e da Inovação – Os Desafios para o Desenvolvimento Sustentável”, mostrando as perspectivas tecnológicas e de produção no fortalecimento do agronegócio brasileiro.

COMITIVA OCB

Uma comitiva formada por 20 superintendentes das Unidades Estaduais do Sistema OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras) visitou à Cooperforms no dia 1º de junho. O intercâmbio fez parte de uma iniciativa ligada ao Programa Nacional de Desenvolvimento de Líderes e Executivos do Sistema OCB, que tem como objetivo o compartilhamento de experiências de gestão e liderança empreendidas em território mineiro e baiano.



O objetivo do Programa de Desenvolvimento de Líderes e Executivos foi permitir o intercâmbio das boas práticas do cooperativismo, descobrindo, assim, experiências que possam ser replicadas localmente.

VISITA PARANÁ



Com o objetivo de aprofundar conhecimentos e estudos sobre o agronegócio, uma comitiva de 30 pessoas ligadas ao cooperativismo do Mato Grosso e da Cooperativa Cooperforms (oeste baiano) esteve no dia 13 de setembro, em uma visita de quatro dias a cooperativas do Paraná, começando pela Ocepar.

A intenção foi conhecer detalhes da governança e da sucessão no Sistema Ocepar; a verticalização das cooperativas para agregar valor à matéria-prima pela agroindustrialização e o funcionamento do Sescoop/PR e da Fecoopar.



DIA C

Introduzir a cultura cooperativista nas escolas de Luís Eduardo Magalhães. Essa é a proposta das cooperativas agrícolas: Cooperfarms, Cooproeste e Unibahia e de crédito: Sicredi para celebrar o “Dia de Cooperar”, também chamado de “Dia C”, no município.

Em 2016, uma série de ações voltada ao tema foi desenvolvida. Durante quatro meses, alunos e colaboradores cooperativistas estiveram envolvidos com o projeto que teve como objetivo introduzir a cultura do cooperativismo nas escolas do Município, através de ações socioambientais. Além da orientação correta e o incentivo para a segregação do lixo no ambiente escolar, as escolas também foram contempladas com lixeiras seletivas.

AÇÕES PREVENTIVAS

Nos meses de setembro a novembro, a Cooperfarms esteve envolvida com as campanhas de conscientização Setembro Amarelo (contra o suicídio); Outubro Rosa (alerta para o câncer de mama) e o Novembro Azul (câncer de próstata)

Além da iluminação da fachada com as cores de cada movimento, a página do perfil da Cooperativa na rede social também fez um alerta para às causas.



BALANÇO PATRIMONIAL

BALANÇO PATRIMONIAL - EM REAIS							
ATIVO			PASSIVO				
	NOTA	2016	2015		NOTA	2016	2015
CIRCULANTE		1.787.561,04	2.137.388,74	PASSIVO CIRCULANTE		699.393,67	1.076.389,99
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	754.941,87	765.592,22	Fornecedores	10	215.468,48	169.093,39
Contas a Receber	5	430.241,41	792.010,15	Obrigações com Cooperados	11	88.963,62	105.197,93
Estoques	6	8.315,74	77.166,66	Obrigações Sociais e Trabalhistas		40.950,84	36.713,86
Impostos e Contribuições a Recuperar	7	411.878,06	312.170,65	Impostos e Contribuições a Recolher		92.740,47	80.315,99
Despesas Antecipadas		84.044,16	81.115,54	Provisão de Férias e Encargos Sociais		144.768,91	113.803,79
Outros Créditos		98.139,80	109.343,52	Adiantamento de Clientes		237,79	15.112,79
				Outras Obrigações	12	116.263,56	556.152,24
NÃO CIRCULANTE		1.018.505,58	997.728,54	NÃO CIRCULANTE		263.875,21	263.875,21
Investimentos	8	624.079,50	620.642,99	Provisão para Contingências	13	263.875,21	263.875,21
Imobilizado	9	382.988,44	363.738,65	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15	1.842.797,74	1.794.862,08
Intangível		11.436,64	13.346,90	CAPITAL SOCIAL		648.607,00	677.107,00
				RESERVAS		1.005.123,55	1.229.675,98
				Reserva Legal		960.939,27	1.189.295,77
				RATES		44.184,28	40.380,21
				SALDO LÍQUIDO A DISP. DA AGO		189.067,19	(111.920,90)
TOTAL DO ATIVO		2.806.066,62	3.135.127,28	TOTAL DO PASSIVO		2.806.066,62	3.135.127,28


 Luiz Antonio Pradella
 Diretor Presidente


 André de Oliveira
 Contador CRC - RS-072417/O-3 T-BA

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS/PERDAS - EM REAIS					
	NOTA	2016			2015
		ATO COOPERADO	NÃO COOPERADO	TOTAL	TOTAL
Ingresso Operacional Líquido	17	20.290.447,84	4.715.090,60	25.005.538,44	33.309.155,84
Dispêndios com produtos e mercadorias vendidos e serviços prestados		(18.167.908,65)	(3.552.724,30)	(21.720.632,95)	(31.176.104,45)
SOBRA BRUTA		2.122.539,19	1.162.366,30	3.284.905,49	2.133.051,39
DISPÊNDIOS E INGRESSOS OPERACIONAIS		(1.898.329,75)	(1.353.371,40)	(3.251.701,15)	(2.196.718,02)
Pessoal		(611.188,99)	(967.527,22)	(1.578.716,21)	(1.186.919,86)
Dispêndios Gerais e Administrativos		(1.290.377,27)	(385.844,18)	(1.676.221,45)	(979.206,70)
Outros Ingressos Operacionais		3.236,51	-	3.236,51	(30.591,46)
SOBRA ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		224.209,44	(191.005,10)	33.204,34	(63.666,63)
RESULTADO FINANCEIRO	18	(9.908,04)	53.139,36	43.231,32	(48.254,27)
Ingressos Financeiros		16.570,04	66.023,20	82.593,24	82.941,99
Dispêndios Financeiros		(26.478,08)	(12.883,84)	(39.361,92)	(131.196,26)
SOBRAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO		214.301,40	(137.865,74)	76.435,66	(111.920,90)
Imposto de Renda		-	-	-	-
Contribuição Social		-	-	-	-
SOBRA LÍQUIDA DO EXERCÍCIO		214.301,40	(137.865,74)	76.435,66	(111.920,90)
CONSTITUIÇÃO DAS RESERVAS LEGAIS E ESTATUTÁRIAS:					
Reserva Legal - 10%		(21.430,14)	-	(21.430,14)	-
RATES - 5%		(10.715,07)	-	(10.715,07)	-
Reversão RATES		6.911,00	-	6.911,00	-
SOBRA LÍQUIDA DO EXERCÍCIO		189.067,19	(137.865,74)	51.201,45	(111.920,90)


Luiz Antonio Pradella
Diretor Presidente


Anselmo de Oliveira
Contador CRC - RS-0724379-3 T-BA

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LÍQUIDO - EM R\$					
HISTÓRICO SALDO	CAPITAL SOCIAL	FUNDO DE RESERVA	FATES	SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	PATRIMONIO LIQUIDO
SALDO EM 01/01/2016	677.107,00	1.189.295,77	40.380,21	(111.920,90)	1.794.862,08
Compensação Perdas Líquidas com Reservas		(111.920,90)		111.920,90	-
Capitalizações	33.000,00				33.000,00
Baixa de Cotas Cooperados	(61.500,00)				(61.500,00)
Utilização RATES			(6.911,00)	6.911,00	-
Resultado de Atos Cooperados	-			214.301,40	214.301,40
Resultado de Não Cooperados				(137.865,74)	(137.865,74)
Constituição de Reserva Legal	-	21.430,14		(21.430,14)	-
Constituição da RATES			10.715,07	(10.715,07)	-
Compensação dos Prejuizos com Terceiros com Reserva Le		(137.865,74)		137.865,74	-
SALDO EM 31/12/2016	648.607,00	960.939,27	44.184,28	189.067,19	1.842.797,74
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	(28.500,00)	(228.356,50)	3.804,07	189.067,19	47.935,66


Luiz Antonio Pradiella
Diretor Presidente


André de Oliveira
Contador CRC - RS-072417/O-3 T-BA

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
HISTÓRICO	2016	2015
Atividades Operacionais	-	-
Sobra líquida do exercício	76.435,66	(125.431,91)
Ajustes por:		
Depreciações e amortizações	76.062,68	33.991,25
Valor residual das baixas do imobilizado	-	27.913,42
Redução ou Aumento nos Ativos	-	-
Contas a receber	361.768,74	273.086,12
Estoques	68.850,92	(77.166,66)
Impostos e contribuições a recuperar	(99.707,41)	(70.822,74)
Despesas antecipadas	(2.928,62)	(81.115,54)
Outros créditos	11.203,72	112.438,39
Aumento ou Redução nos Passivos	-	-
Fornecedores	46.375,09	
Obrigações com cooperados	(16.234,31)	(78.354,46)
Obrigações sociais e trabalhistas	4.236,98	808,18
Impostos e contribuições a recolher	12.424,48	21.418,29
Provisão para férias e encargos	30.965,12	33.780,12
Outros passivos circulantes e não circulantes	(454.763,68)	460.294,38
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	114.689,37	530.838,84
Fluxo de Caixa nas Atividades de Investimento	-	-
Aumento dos investimentos	(3.436,51)	(52.525,22)
Aquisições do imobilizado e do intangível	(93.403,21)	(329.930,04)
Caixa Líquido das Atividades de Investimento	(96.839,72)	(382.455,26)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	-	-
Integralização de capital	33.000,00	25.500,00
Baixas de capital por saída de cooperados	(61.500,00)	-
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	(28.500,00)	25.500,00
Aumento Líquido ao Caixa e Equivalente de Caixa	(10.650,35)	173.883,58
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Ano	765.592,22	591.708,64
Caixa e Equivalentes de Caixa - Final do Ano	754.941,87	765.592,22
Varição das Contas Caixa/Bancos/Equivalentes	(10.650,35)	173.883,58


 Luiz Antonio Pradella
 Diretor Presidente


 André de Oliveira
 Contador CRC - RS-072417/O-3 1-BA

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em reais

1. Contexto operacional

A Cooperfarms - Cooperativa dos Produtores Rurais da Bahia, fundada em 18 de Agosto de 2008, situada a Av. Luís Eduardo Magalhães, 2391, Jardim das Acácias 3ª Etapa, na cidade de Luís Eduardo Magalhães/BA, que contava com 246 e 264 cooperados no fim de 2016 e de 2015, nasceu num processo natural, a partir da decisão de um grupo de vinte e dois produtores rurais de se unir para fortalecer o poder de compra coletivo agregando valor a sua produção, desenvolvendo os negócios dos cooperados com base em ações originais, criativas, éticas e justas, focadas em resultados sustentados e duradouros, que se traduzam em produtos e serviços de alta qualidade e com preços competitivos.

A Cooperativa é regida por seu Estatuto Social, no qual é determinado seu objetivo social predominante, qual seja: Congregar os produtores rurais legalmente habilitados para, com base na colaboração recíproca a que esses se obrigam como cooperados, sem finalidade de lucro, promover a mais ampla defesa de seus interesses econômicos. Para tanto, a Cooperativa opera, basicamente, na venda em comum de produtos agrícolas que lhe são entregues e prestação de serviços na intermediação das aquisições de produtos gêneros e artigos para o abastecimento de seus cooperados.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Cooperativa foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas CPC PME (R1), adaptadas às peculiaridades da atividade cooperativista em consonância com a Lei 5.764/1971 e NBCT 10.8 – IT – 01 – Entidades Cooperativas.

A Administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Cooperativa em 10 de março de 2017.

b) Mensuração de valor

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma em respectiva nota explicativa.

c) Moeda de apresentação e moeda funcional

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Cooperativa.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC PME (R1) exige que a Administração da Cooperativa faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, ingressos e dispêndios. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas pela Cooperativa e que possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas pela Cooperativa, nessas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

a.1) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Cooperativa se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, quando aplicável. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

a.2) Ativos financeiros

Classificados nas seguintes categorias: ao valor justo através de lucros e perdas, mantidos até o vencimento, disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e do propósito dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial. As aquisições ou alienações de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data da renegociação. A Cooperativa somente possui ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

a.3) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). Os empréstimos e recebíveis compreendem o caixa e equivalentes de caixa e as contas a receber. A Cooperativa baixa um ativo financeiro somente quando os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa do ativo vencem ou quando transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os riscos e retornos sobre a propriedade do ativo para outra entidade.

a.3) Passivos financeiros

A Cooperativa reconhece passivos financeiros inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Cooperativa se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Cooperativa baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Cooperativa tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. A Cooperativa tem como passivos financeiros os empréstimos e financiamentos, fornecedores, obrigações com cooperados e capital a restituir. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Para que um investimento financeiro seja qualificado como equivalente de caixa, precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento original de curto prazo, de três meses ou menos da data da aquisição. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é efetuado levando em consideração as cotações de mercado ou as informações de mercado que possibilitem tal cálculo.

c) Contas a receber

As contas a receber, tanto de terceiros como de cooperados, correspondem aos valores a receber pela venda de produtos, mercadorias e serviços no curso normal das atividades da Cooperativa. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa (*impairment*) e ajuste a valor presente, quando aplicável. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment* e ajuste a valor presente, se necessário.

d) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação de estoque “custo médio ponderado” e o valor líquido de realização corresponde ao preço de venda estimado menos custos para concluir e vender. Os estoques são avaliados quanto ao seu valor recuperável nas datas de balanço. Em caso de perda por desvalorização, esta é imediatamente reconhecida no resultado. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração da Cooperativa.

e) Investimentos

Representados por participações societárias avaliadas pelo custo de aquisição e ajustados ao valor justo, que corresponde a efetiva participação da Cooperativa no capital social das investidas.

f) Imobilizado

f.1) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e ajustado por reavaliação de ativos para os bens das contas de terrenos, edificações e veículos, com base em laudo de peritos independentes, e, quando aplicável, perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado, são reconhecidos em outras receitas (despesas) no resultado.

f.2) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Cooperativa. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

f.3) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada item. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

g) Intangível

Ativos intangíveis consistem em marcas e patentes e softwares adquiridos separadamente, reconhecidos pelo custo, menos a amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Eles são amortizados ao longo de sua vida útil estimada de cinco anos, utilizando-se o método linear. Se houver uma indicação de que houve uma mudança significativa na taxa de amortização ou no valor residual de um ativo intangível, a amortização é revista prospectivamente para refletir as novas expectativas.

h) Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)

A Administração da Cooperativa revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido

excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Com base nas informações atualmente disponíveis, a Administração da Cooperativa desconhece a perda por deterioração de ativos ou mudança nas circunstâncias de negócio, que justifiquem o reconhecimento de uma perda em função da não recuperação dos referidos ativos.

i) Fornecedores e obrigações com cooperados

As contas a pagar aos fornecedores e aos cooperados são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano, caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

j) Provisões

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente, legal ou não formalizada como resultado de eventos passados quando é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e quando o valor possa ser estimado com segurança.

k) Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Cooperativa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Cooperativa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário.

l) Reconhecimento de ingressos ou receitas

O ingresso/receita compreende o valor justo recebido ou a receber pela comercialização de produtos, mercadorias e serviços no curso normal das atividades da Cooperativa. O ingresso/ receita é apresentado líquido dos tributos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

m) Venda de produtos

A Cooperativa reconhece o ingresso/receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, não detém mais controle sobre a mercadoria vendida ou qualquer outra responsabilidade relacionada a propriedade desta, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Cooperativa, os riscos e os benefícios dos produtos foram integralmente transferidos ao comprador e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Cooperativa.

m.1) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

m.2) Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social dos exercícios compreendem os tributos correntes. Os tributos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Cooperativa nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

m.3) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes e os circulantes quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados ao valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência dos exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa. As taxas de juros implícitas, quando aplicadas, são determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

o) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Cooperativa questionou a inconstitucionalidade de tributos.

p) Capital social

As cotas do capital social de cada cooperado são classificadas no patrimônio líquido, conforme artigo 140, da Lei nº 13.097/2015. No caso de demissão, eliminação ou exclusão, os cooperados tem seu capital social devolvido conforme o Estatuto Social e a legislação cooperativista.

q) Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto.

4. Caixa e equivalentes de caixa

<u>Modalidade</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Caixa e bancos conta movimento	314.822	109.593
Aplicações financeiras (i)	<u>440.120</u>	<u>656.000</u>
	<u>754.942</u>	<u>765.593</u>

(i) Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo da Cooperativa. Em “Aplicações financeiras” estão registrados os Certificados de Depósitos Bancários (CDB), remunerados com base em percentual da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), considerando o valor, o prazo e a época da aplicação. As aplicações financeiras são realizadas em instituições financeiras de primeira linha no intuito de manter o poder aquisitivo da moeda corrente e gerar rendimentos seguros para a manutenção das operações da Cooperativa, e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos da Cooperativa.

5 Contas a receber

a) Composição do saldo

<u>Modalidades</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Cooperados	982.934	1.154.471
Cientes	220.589	211.014
	<u>1.203.523</u>	<u>1.365.485</u>
(-) Receitas a apropriar (i)	<u>(773.282)</u>	<u>(573.475)</u>
	<u>430.241</u>	<u>792.010</u>

(i) Referem-se a receitas de taxa de armazenagem e taxa de administração sobre a comercialização de pacotes de produtos químicos da safra 2016/2017, cujas condições das negociações encontram-se firmadas através de contrato. O reconhecimento da referida receita ocorre no mês da prestação dos serviços.

As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa são calculadas com base na análise de risco dos créditos, que contempla a situação individual dos cooperados e clientes, verificadas as garantias reais que suportam tais créditos e a avaliação do comitê de crédito da Cooperativa e dos consultores jurídicos. Administração da Cooperativa não considerou que não houve necessidade de constituir perda para eventuais inadimplências de contas a receber em 31 de dezembro de 2016.

A Administração da Cooperativa considerou o cálculo do ajuste a valor presente para os títulos a vencer classificados no não circulante e do circulante, quando relevante. Sendo assim os valores estão apresentados líquidos do ajuste a valor presente em 31 de dezembro de 2016.

b) Contas a receber por prazos de vencimento

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
A vencer		
Até 30 dias	84.248	101.249
De 31 até 60 dias	89.766	27.680
De 61 até 90 dias	65.070	28.130
De 91 até 120 dias	65.070	28.130
De 121 até 150 dias	81.860	29.930
De 151 até 180 dias	65.070	28.130
Acima de 181 dias	194.024	86.210
	<u>645.108</u>	<u>329.459</u>
Vencidos		
Até 30 dias	38.392	191.588
De 31 até 60 dias	7.290	68.399
De 61 até 90 dias	50.745	19.748
De 91 até 120 dias	35.747	124.816
De 121 até 150 dias	12.340	28.821
De 151 até 180 dias	36.592	8.456
De 181 até 360 dias	53.141	51.901
Acima de 361 dias	324.168	542.297
	<u>558.415</u>	<u>1.036.026</u>
	<u><u>1.203.523</u></u>	<u><u>1.365.485</u></u>

6. Estoques

<u>Descrição</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Mercadorias para revenda	8.316	77.167
Material de terceiros (i)	54.812.926	26.349.876
	(54.812.92	(26.349.87
(-) Estoque de terceiros (i)	<u>6)</u>	<u>6)</u>
	<u>8.316</u>	<u>77.167</u>

(i) Referem-se a produtos (insumos agrícolas) adquiridos pelos cooperados diretamente dos fornecedores e remetidos à Cooperativa somente para armazenagem. A retirada ocorre em conformidade com a necessidade de utilização dos cooperados.

A Administração da Cooperativa avaliou e criticou seus estoques e concluiu que não há necessidade de constituir perdas estimadas para obsolescência de estoques e para estoques de movimentação lenta.

7. Impostos e contribuições a recuperar

<u>Descrição</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
ICMS a recuperar	93.664	91.157
IRRF a recuperar	267.777	176.508
IRPJ a compensar	17.906	24.952
CSL/PIS/COFINS retidos a compensar	30.798	19.554
PIS a recuperar	243	-
COFINS a recuperar	1.121	-
ISSQN a recuperar	<u>369</u>	<u>-</u>
	<u>411.878</u>	<u>312.171</u>

8. Investimentos

a) Composição de saldo

<u>Descrição</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Imbuia Agropecuária Ltda. (i)	352.000	352.000
CCAB Participações S/A. (ii)	267.245	267.245
Sicred	4.835	1.398
	<u>624.080</u>	<u>620.643</u>

A participação da Cooperativa no capital social da investida, Imbuia Agropecuária Ltda., em 31 de dezembro de 2016, é de 16%, esta investida encontra sem movimentação no exercício.

A participação da Cooperativa no capital social da investida CCAB Participações é de 1%. A CCAB S/A é investidora na CCAB Agro Ltda., que é a empresa que comercializa determinados insumos agrícolas aos cooperados da Cooperativa. Conforme acordo de cotistas a Cooperativa é responsável até o limite do investimento na CCAB Participações S/A pela possível inadimplência de seus cooperados. Como forma de segurança e acompanhamento, periodicamente a CCAB Agro Ltda. informa a posição financeira dos cooperados e com base avaliação dessas informações em 31 de dezembro de 2016 a Administração da Cooperativa entende que não há valores a serem registrados como perda.

As empresas da Cooperativa não são auditadas por auditores independentes.

b) Movimentação dos investimentos

	<u>Imbuia</u>	<u>CCAB</u>	<u>Sicred</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2015	317.130	250.387	601	568.118
Adições	34.870	16.858	797	52.525
Saldos em 31 de dezembro de 2015	352.000	267.245	1.398	620.643
Adições	-	-	3.437	3.437
Saldos em 31 de dezembro de 2016	352.000	267.245	4.835	624.080

9. Imobilizado

a) Composição do saldo

Descrição	Taxa anual de deprecia ção	2016		2015	
		Custo	Deprecia ção acumula da	Líquido	Líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1,67 a 5%	349.871	(55.669)	294.202	276.395
Máquinas e equipamentos	10%	109.847	(45.314)	64.533	56.655
Móveis e utensílios	10%	59.149	(34.892)	24.257	30.173
Veículos	3,71 a 50%	31.000	(31.000)	-	516
		549.867	(166.875)	382.992	363.739

A Administração da Cooperativa revisou a vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas modificações relevantes nas estimativas anteriormente determinadas. Também, não foi identificada a necessidade de registro de ajuste dos bens aos seus valores recuperáveis (*impairment*).

b) Movimentação do custo de aquisição

	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Total Total
Saldos em 1° de janeiro de 2015	-	37.864	57.669	67.409	162.942
Aquisições	280.248	48.202	1.480	-	329.930
Baixas	-	-	-	(36.409)	(36.409)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	280.248	86.066	59.149	31.000	456.463
Aquisições	69.623	23.781	-	-	93.404
Saldos em 31 de dezembro de 2016	349.871	109.847	59.149	31.000	549.867

c) Movimentação da depreciação acumulada

	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Tot Tot
Saldos em 1° de janeiro de 2015	-	(19.933)	(23.192)	(26.104)	(69.22)
Adições	(3.853)	(9.478)	(5.784)	(12.875)	(31.99)
Baixas	-	-	-	8.495	8.49
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(3.853)	(29.411)	(28.976)	(30.484)	(92.72)
Adições	(51.816)	(15.903)	(5.916)	(516)	(74.15)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(55.669)	(45.314)	(34.892)	(31.000)	(166.87)

10. Fornecedores

Descrição	2016	2015
Fornecedores de mercadorias e serviços (i)	<u>215.468</u>	<u>169.093</u>

(i) O saldo é composto substancialmente por valores de notas fiscais de comissões a serem repassada e valores de compras de produtos e ou serviços utilizados na manutenção da operação da cooperativa.

11. Obrigações com cooperados

Descrição	2016	2015
Obrigações com cooperados	<u>88.964</u>	<u>105.198</u>

Representado por valores a pagar aos cooperados pela entrega de sua produção agrícola à Cooperativa.

12. Outras obrigações

<u>Descrição</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Provisão de comissões a repassar	<u>116.264</u>	<u>556.152</u>

Refere-se a provisão relativa às comissões a repassar com base nas negociações de produtos químicos e defensivos aos cooperados, que são devidos a empresa Negócios Agrícolas S/A, conforme contrato formalizado entre as partes.

13. Provisão para contingências

A Cooperativa no desenvolvimento normal de suas operações está sujeita a certos riscos, representados por eventuais processos tributários, reclamações trabalhistas e cíveis. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 é considerado suficiente pela Administração e assessoria jurídica da Cooperativa para fazer face à eventuais perdas que possam advir no futuro.

O saldo da provisão para contingências está composto da seguinte forma:

<u>Descrição</u>	<u>Provisão para contingências</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Contingências tributárias	<u>263.876</u>	<u>263.876</u>

A Administração da Cooperativa, apesar de entender que determinados créditos de ICMS que foram tomados na operação de compra de algodão, são legítimos, elaborou consulta ao fisco estadual de Tocantins para confirmação de sua legitimidade porém não houve posicionamento formal sobre o assunto. Desta forma, conservadoramente foi constituída uma provisão para fazer face às perdas que possam advir caso haja entendimento contrário durante o período prescricional.

14. Passivos contingentes

Quanto a questões tributárias, de acordo com as legislações vigentes, as operações da Cooperativa estão sujeitas a revisões pelas autoridades fiscais em períodos prescricionais dos diversos impostos, taxas e contribuições federais, estaduais e municipais (em geral cinco anos). Entretanto, a Administração da Cooperativa é de opinião que todos os impostos têm sido pagos ou provisionados adequadamente e, em 31 de dezembro de 2016, não era conhecida nenhuma contingência relevante relativa a tributos, com perspectiva de perda provável.

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social é formado por cotas partes distribuídas entre os cooperados e classificado no patrimônio líquido. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um só voto, independentemente do número de suas cotas partes.

A Administração da Cooperativa não reclassificou o saldo de capital social para o passivo não circulante de acordo com a interpretação técnica ICPC – 14, isto, baseada na Resolução CFC nº 1.516/2016, de 25 de novembro de 2016, que definiu a adoção obrigatória da referida interpretação somente a partir de 1º de janeiro de 2018. Contudo, a Lei nº 13.097/2015, de 19 de janeiro de 2015, em seu Artigo 140, acrescentou ao artigo 24 à Lei 5.764/1971, de 16 de dezembro de 1971, o parágrafo 4º definindo a classificação do capital social em contas do patrimônio líquido. A Cooperativa aguarda manifestação dos órgãos contábeis (CFC e CPC) para o adequado tratamento do assunto.

b) Destinações estatutárias

De acordo com o Estatuto Social da Cooperativa e a Lei 5.764/1971, a sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

- 10% para Reserva legal, destinada a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 5% para Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social – RATES, destinada à prestação de assistência aos cooperados e

empregados da Cooperativa, nos termos de regulamentação própria a ser definida em Assembleia Geral, sendo indivisível nos casos de dissolução e liquidação da Cooperativa;

- além dessas reservas a Assembleia Geral poderá criar outros fundos, inclusive rotativos, com recursos destinados para fins específicos, fixando o modo de formação, aplicação e liquidação.

c) Sobras à disposição da AGO

As sobras apuradas após a constituição das reservas legais e estatutárias ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária (AGO), para deliberação quanto a sua destinação e são assim demonstradas:

<u>Descrição</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Sobra (perda) líquida do exercício	<u>76.437</u>	<u>(125.433)</u>
Compensação do prejuízo com terceiros com reserva legal	137.865	-
Constituição de reservas legais e estatutárias:		
Reserva legal – 10%	(21.430)	-
RATES – 5%	(10.715)	-
Utilização da RATES	<u>6.911</u>	<u>13.512</u>
Sobras à disposição da AGO	<u>189.068</u>	<u>(111.921)</u>

As reservas estatutárias foram constituídas sobre a sobra líquida do exercício apurada entre o ato cooperado e não cooperado.

De acordo com a legislação que rege as sociedades cooperativas, Lei 5.764/1971 e o Estatuto Social, as sobras à disposição da AGO podem ser capitalizadas ou distribuídas aos cooperados de acordo com a usufruição dos serviços da Cooperativa ou, ainda, incorporadas em reservas, conforme deliberação dos cooperados na Assembleia Geral.

16. Partes relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que

tem autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir, controlar e fiscalizar as atividades da Cooperativa (Diretoria, Conselho de Administração e Fiscal), inclusive executivos. As operações com partes relacionadas são realizadas no contexto normal das atividades operacionais da Cooperativa e apresentam os seguintes saldos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015:

a) Transações comerciais

As transações comerciais com essas pessoas são realizadas em condições normais, portanto, nas mesmas condições dos demais cooperados em transações idênticas. Os saldos das partes relacionadas com a Cooperativa são os seguintes em 31 de dezembro de 2016:

<u>Natureza da operação</u>	<u>Membros da Diretoria Executiva e Conselhos de Administração e Fiscal</u>
Contas a receber – R\$	39.081
Produtos armazenados - R\$	1.673.543

b) Remuneração dos membros da Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Fiscal

Os membros da Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Fiscal não recebem nenhum tipo de remuneração pelas atividades despendidas na Cooperativa.

17. Ingresso operacional líquido

Descrição	2016		2015	
	Ato cooperado	Não cooperado	Total	Total
Ingresso operacional bruto				
Vendas de produtos e mercadorias	20.123.884	-	20.123.884	29.892.312
Prestação de serviços	1.773.585	5.343.082	7.116.667	3.711.938
	<u>21.897.469</u>	<u>5.343.082</u>	<u>27.240.551</u>	<u>35.383.004</u>
Deduções do ingresso bruto				
Impostos incidentes sobre vendas	(1.407.754)	(628.348)	(2.036.102)	(1.973.462)
Deduções e abatimentos	(214.676)	-	(214.676)	(100.386)
	<u>(1.622.430)</u>	<u>(628.348)</u>	<u>(2.250.778)</u>	<u>(2.073.848)</u>
	<u>20.275.039</u>	<u>4.714.734</u>	<u>24.989.773</u>	<u>33.309.156</u>

18. Resultado financeiro

Descrição	2016	2015
Ingressos financeiros		
Rendimentos de aplicações financeiras	59.974	32.299
Juros recebidos de terceiros	97	26.805
Descontos obtidos	22.522	23.838
	82.593	82.942
Dispêndios financeiros		
Juros pagos	(7.134)	(103.609)
Descontos concedidos	(27.814)	(20.216)
Outros dispêndios financeiros	(4.414)	(7.371)
	(39.362)	(131.196)
	43.231	(48.254)

19. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros ativos e passivos constantes no balanço patrimonial como caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, empréstimos e financiamentos, fornecedores, obrigações com cooperados e capital a restituir, estão registrados a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas das práticas contábeis. O controle desses instrumentos é efetuado através de estratégias operacionais visando liquidez, rentabilidade e segurança.

A Administração da Cooperativa não realizou nos exercícios de 2016 e 2015, operações com derivativos e quaisquer outros ativos em caráter especulativo.

20. Gerenciamento de riscos

As operações da Cooperativa estão expostas a riscos de mercado e de operação, como os riscos de variação de preço, de taxa de juros, de liquidez, de crédito e de sinistros. Em face das possíveis perdas na realização de ativos, foram estimadas as perdas com créditos de liquidação duvidosa. Os riscos são constantemente acompanhados pela Administração da Cooperativa, que faz o gerenciamento no sentido de minimizá-los mediante estratégias de posições financeiras e sistemas de controles internos permanentes.

21. Cobertura de seguros

A Administração da Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

PARECER ANUAL DO CONSELHO FISCAL DA COOPERFARMS - COOPERATIVA DOS PRODUTORES RURAIS DA BAHIA CNPJ: 10.333.574/0001-35 NIRE 29400035884, endereço a Av. Luís Eduardo Magalhães, 2391, Bairro Jardim das Acácias 3ª Etapa na cidade de Luís Eduardo Magalhães – BA – 47.850-000.

PARECER ANUAL DO CONSELHO FISCAL

Nós membros do Conselho Fiscal da COOPERFARMS – Cooperativa dos Produtores Rurais da Bahia, em cumprimento ao que determina o artigo 32 letra “a” do Estatuto Social, examinamos o Balanço Patrimonial, Demonstrações Contábeis, Notas Explicativas do Conselho Administrativo, Parecer da Moore Stephens Prisma Auditores Independentes, atos do conselho de administração pertinente ao exercício, bem como os demais movimentos, registros e documentos inerentes as funções do conselho fiscal referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, sendo assim somos de parecer que as referidas Demonstrações Contábeis representam a posição financeira e patrimonial da Cooperativa em 31 de dezembro de 2016, merecendo assim nossa recomendação favorável à Assembléia Geral para a sua aprovação.

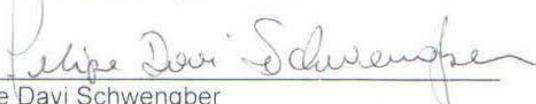
Luis Eduardo Magalhães, 28 de Março de 2017.



Francisco Klein



Marcos Renato Grieger



Felipe Davi Schwengber

**Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Financeiras**

Moore Stephens Prisma
Auditores e Consultores

Rua Milton José Robusti, 75 – 13ª andar
Ribeirão Preto - SP – 14021-613

Telex 33 (16) 3019-7900

msrp@msbrasil.com.br | www.msbrasil.com.br

Aos Administradores e Cooperados da
Cooperativa dos Produtores Rurais da Bahia – Cooperfarms
Luís Eduardo de Magalhães BA

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa dos Produtores Rurais da Bahia - Cooperfarms ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira Cooperativa dos Produtores Rurais da Bahia - Cooperfarms em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, datado de 24 de março de 2016, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou

cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 10 de março de 2017.

Moore Stephens Prisma Auditores Independentes
CRC 2SP017256/O-3 S BA



Ricardo Aurélio Rissi
Contador CRC 1SP137183/O-8 S BA